JORNAL LABORATÓRIO
DO CURSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO / JORNALISMO
UNIVERSIDADE DA MAIA - UMAIA

Ágora

NÚMERO 35 **domingo, 20 julho 2025**

A CONSPIRAÇÃO QUE DERRUBOU A DITADURA

ENTREVISTAS EXCLUSIVAS

CASTRO CARNEIRO PÁG.3
SOUSA E CASTRO PÁG.7
VASCO LOURENÇO PÁG.8 E 9
MARTINS GUERREIRO PÁG.10 E 11
ROSADO LUZ PÁG. 14 E 15

EDUARDO GAGEIRO

HOMENAGEM A EDUARDO GAGEIRO (1935-2025)

Eduardo Gageiro com a equipa do Ágora, na Cordoaria Nacional.

O Ágora teve o privilégio de ser acompanhado por Eduardo Gageiro na sua maior exposição de sempre. Aconteceu em abril de 2024, na Cordoaria Nacional, Lisboa, na Expo Factum, evocativa dos 50 anos do 25 de abril.

Para cada foto, uma história. Todas como resultado de um olhar arguto, luminoso. De quem pensa e sabe que não há razão sem emoção.

Não há olhares vazios. Há sentidos que se revelam em cada disparo. E há palavras. O registo ficou no Ágora 33, em julho de 2024. Lê-se e ouve-se. Jornal experimental, interativo. Pode-se revisitá-lo aqui: https://bit.ly/4lAgEDG

O falecimento de Eduardo Gageiro no dia 4 de junho, traz-nos à memoria uma história de quem encheu a vida de múltiplas histórias. Que precisam de ser recontadas. Para sempre.

Onde? Na casa-museu projetada para Torres Vedras, cuja autarquia adquiriu todo o espólio do autor, em janeiro deste ano. E é na Galeria Municipal de Torres Vedras que se pode visitar, até 13 de setembro, a exposição"Pela Lente da Liberdade", inaugurada a 26 de abril. Com centenas de prémios e condecorações, Gageiro foi preso pela ditadura (1926-1974) por fotografar a dureza da vida dos portugueses. "Sou figura não grata porque digo as verdades e as pessoas não gostam"

Numa dessas ocasiões, o motivo foi a fotografia de capa desta edição do Ágora. Conhecida como O Calvário.

A obra de Gageiro estende-se por 70 anos de trabalho. É um fotojornalista imortal.

O Editor.

linha curva HISTÓRIAS EXCLUSIVAS

Depois de há um ano ter-se publicado "Testemunhos de Abril", esta edição do Ágora é muito mais especial. De facto, este é o resultado de um trabalho de meses. Sobre um tema pouco tratado do ponto de vista jornalístico. Com efeito, a conspiração que derrubou a ditadura mais longa da Europa, nunca teve a latitude de abordagem que procurámos fazer nesta edição. Fomos aos principais locais da conspiração e contamos o mais importante das dezenas de reuniões clandestinas que prepararam o 25 de abril (de 1974). De Alcáçovas (Évora) em setembro de 1973 a Cascais, em março de 1974, percorremos as cidades onde se foi forjando a 'revolução dos cravos'. Registámos os sítios das pequenas e das grandes reuniões plenárias. Com a policia política (PIDE) por perto. Ouvimos os principais protagonistas. E, com eles, corrigimos algumas informações antigas. O encadeamento resultante da voz das testemunhas (que vão escasseando) permite uma leitura global pouco conseguida antes, sobre a conspiração militar. O plano, com códigos e segredos, obrigou a reajustamentos e a 'golpadas'. As suspeitas do regime ditatorial sobre a conspiração não causaram grandes mossas. Pelo contrário, os castigos inflingidos a alguns protagonistas tiveram um efeito negativo para a ditadura. Ao serem espalhados por algumas unidade, de castigo!!!, os capitães anti-regime foram sementes da revolução. Ou seja, a estultícia do regime foi uma chama a crepitar para o golpe... De tudo isso se trata nesta edição resultante dos trabalho de dezenas de jovens que têm a estrela do jornalismo na mente. Documentaram-se e partiram para os vários locais desconhecidos. Viram e ouviram. Histórias exclusivas. Documentos inéditos. Os labirintos da luta pela liberdade ganham mais sentido nestes tempos sombrios de radicalização da sociedade portuguesa. Branquear o passado não ajuda a construir os direitos da cidadania. Todos os testemunhos da conspiração são de militares que arriscaram pela democracia.... Assim se aprende e se faz jornalismo.

Luiz Humberto Marcos

Ágora

FICHA TÉCNICA **EDITOR** Luíz Humberto Marcos **COORDENAÇÃO** Anita Ferrão, Giovana Silva, João Soares e Rita Guerra **EDIÇÃO** Anita Ferrão, Giovana Silva, João Soares e Rita Guerra **REDAÇÃO** Afonso Paulino, Ana Filipa Oliveira, Ana Ricardo Leão, André Miguel, Anita Ferrão, Bárbara Teixeira, Beatriz Azevedo, Beatriz Pinto, Bruna Magalhães, Carla Santos, Carolina Queiros, Daniel Gonçalves, Diana Pinto, Diogo Ferreira, Francisco Botelho, Gabriel Silva, Giovana Silva, Inês Priegue, Inês Miranda, Inês Pinto, Isabelle Silva, Joana Almeida, João Soares, José Prado, Lara Pereira, Lara Moutinho, Leonor Rodrigues, Luís Silva, Márcia Oliveira, Maria Eduarda Oliveira, Mariana Neves, Mariana Moreira,Matilde Coelho, Miguel Santos, Miguel Alves, Nádia Ferreira, Rafael Coelho, Riccardo Catalfamo, Rita Guerra, Roberto Santos, Rui Gonçalves, Sara Barbosa, Sara Azevedo, Simão Simões, Sofia Maia, Susana Palermo, Tiago Torres e Tomás Almeida **REVISÃO** Mariana Neves **PROJETO GRÁFICO INICIAL** Cláudio Carvalho **GRAFISMO** Daniela Graça (coordenação), Anita Ferrão e João Soares **FOTOGRAFIA** Eduardo Gageiro (capa), Luíz Humberto Marcos **VÍDEO/DOCUMENTÁRIO** Lara Moutinho, Nádia Ferreira e Rui Gonçalves **ENDEREÇO** Universidade da Maia - UMAIA Av. Carlos Oliveira Campos, Castêlo da Maia, 4475-690 Avioso S.Pedro, Tel. (351) 229 866 000 **ONLINE** www.umaia.pt – info@umaia.p **IMPRESSÃO** UNIPRESS **ISBN** 978-989-8609-24-3

CASTRO CARNEIRO

"O QUE É QUE ME PODE ACONTECER? IR PRESO? ERA UM ALÍVIO"

Bárbara Teixeira, Lara Martins, Rui Gonçalves

José Castro Carneiro, um dos capitães de Abril, rejeita ser visto como um herói. Aos 28 anos, teve um papel decisivo no 25 de Abril, ao receber a missão de prender o Chefe de Estado-Maior da Região Militar do Norte. Nunca sentiu medo, nem hesitou.

Como era a sua vida antes do 25 de Abril?
Com 22 anos, fui como alferes, para o leste de Angola durante um ano, em comissão de serviço e foi aqui o meu primeiro contacto com a Guerra Colonial. Andar aos tiros não é fácil e aprendi algumas coisas, uma delas é que os colonos portugueses de Angola, achavam que estávamos a ganhar dinheiro com a guerra.

Como começou a sua ligação com as reuniões clandestinas?
Quando estava em Luanda, apareceu um capitão, e disse-me a mim e ao meu camarada para irmos a uma reunião. Eu não fazia a mínima ideia do que se estava a passar. Foi essa a primeira reunião que participei, em Luanda, a segunda do MFA

Era difícil manter as reuniões secretas? Como lidavam com o risco de serem descobertos?
No CICA (Centro de Instrução e Condução Auto) era relativamente fácil. Quase todos estávamos disponíveis para todas as conspirações. Nunca me senti receoso. O que é que me podia acontecer? Ir preso? Era um alívio. A alternativa era ir para a guerra. Podia levar pancada, mas não levava tiros. Mais perto do fim, tínhamos a certeza de que a PIDE, o Marcelo, toda a gente sabia, mas éramos mais de 200 capitães e o que que eles iam fazer a todos? Prendê-los? Depois quem ia comandar as companhias? Eles não sabiam exatamente quem lá esteve. Sabiam quem eram os cabeças e nomearam o Vasco Lourenço para ir para os Açores e o Antero para a Madeira, pois eram considerados os mais ativos e antigos.

Que motivos levaram à realização das reuniões?
Tudo começou com o decreto do Sá Viana Rebelo, que pretendia organizar de forma diferente a lista de atividades dos oficiais. Quando nos juntamos, foi por um problema exclusivamente profissional. Foi ao assinar um requerimento, em setembro de 73, dirigido ao professor Marcelo Caetano, que entrei na minha primeira conspiração.

Foi o capitão que liderou a operação no Norte?
Não estive à frente de nada, como se diz por aí. Era o que mais atuava porque era o mais moderno e enquanto eu pudesse fazer fazia; mas não sou herói, nada disso. Quem esteve à frente foi o Eurico Corvacho, que era o nosso comandante, e o tenente-coronel Simões.

Sabemos que teve a missão de prender o chefe de estado maior, da região militar do Norte. Como recebeu essa missão?
Por volta das 4 da manhã, dirigi-me à porta dele com dois oficiais, dois sargentos e três ou quatro praças. Quando ele saiu, dirigimo-nos ao senhor, armados de pistola, ele pediu para falar com a mulher e eu só não o deixava era subir, portanto a senhora desceu e estiveram a falar e no final, entramos os dois no carro, e fomos para o CICA, foi esta a heroicidade da prisão.

Quem esteve à frente no porto foi Eurico Corvacho, um comandante, e ten-cor. Simões.

> *"Na democracia que eu vi e vivi no 25 de Abril, as pessoas que trabalhavam tinham voz ativa"*

Quem trazia as informações das reuniões de Lisboa para o Porto?
O oficial de ligação aqui do Porto era o Capitão Gonçalves, um capitão do CICA mais antigo que eu.

Como foi viver esse momento histórico com 28 anos e uma responsabilidade militar tão grande no Porto?
Eu estava habituado a coisas mais complicadas do que esta. O plano saiu das forças que nós tínhamos. Antes do 25 de Abril, eu e o Alferes Espigo, fomos a Lamego e entreguei o plano ao Delgado Fonseca. Ele e o capitão Mascarelhas, tinham a missão de impedir que Chaves se mexesse, e mostrar que o 25 de Abril chegou a Bragança Isto começa às 7h da manhã, quando o Delgado Fonseca chega à baixa do Porto com a companhia de comandos que devia ir para a PIDE. Ele tentou falar com o General para saber o que fazer, mas não conseguiu. Nas nossas ordens de operações há sempre um posto de comando e um alternativo, o CICA. Tínhamos armamento pesado para poder interferir com a PIDE, e vínhamos dispostos a fazer sangue, se fosse preciso. Se eles ficassem quietinhos, ninguém ia fazer sangue. Nós não disparamos primeiro e perguntamos depois. Perguntamos primeiro e depois disparamos. Às 14h do dia 25 de Abril, eu saí para restabelecer as comunicações no TLP. Quando cheguei ao Hotel Infante Sagres, mandei parar as viaturas porque estava um cordão da polícia a correr com os civis que se juntavam para subir a Avenida da Liberdade. Parou tudo: polícia, civis e eu. Como tudo parou, os civis viram que estava ali a tropa e que não tinham de ter medo da polícia, porque estava lá eu. Correram os polícias à pedrada.Depois de restabelecer os telefones, telefonei ao Corvacho para perguntar o que devia fazer. Ele disse para ir ao Rádio Clube Português, porque os funcionários tinham sabotado as antenas e não estavam a emitir a emissão de Lisboa. Fui lá e só saí quando me garantiram que estava tudo a funcionar.

Qu mensagem deixa aos jovens militares e civis sobre a importante na participação ativa na defesa da democracia?
Eu não acredito que isto seja um país
democrático, de democracia não tem nada. Na democracia que eu vi e vivi no 25 de abril, as pessoas que trabalhavam tinham voz ativa. Por isso vocês abram os olhos é aquilo que eu vos recomendo.

JOSÉ LUIS CARDOSO

"ERA PROIBIDO FALAR EM REVOLUÇÕES"

Joana Almeida, Margarida Oliveira, Mariana Cardoso, Priscila Oliveira

Foi no Monte do Sobral, no Alentejo, em Alcáçovas, que tudo começou. José Luís Cardoso, ex-militar e advogado, conta a história por detrás da 1ª reunião alargada de capitães. Dela saiu um requerimento importante

Fale-nos um pouco do seu papel nas forças armadas?
Eu era capitão em vendas novas, a unidade de artilharia mais importante. E portanto, dá-se, nessa altura uma série de acontecimentos políticos, congresso da oposição de Aveiro. O que é que acontecia em 73? Os movimentos de libertação já tinham mais força que nós, muitas e melhores armas que nós. Numa semana, abateram seis aviões nossos na Guiné.

Como afirmou, todos os capitães que estiveram aqui na reunião estiveram em África.
Todos os capitães que estiveram aqui já tinham feito a guerra.

Acha que foi por isso que começaram o movimento e que ganharam força?
Não, nós começamos o movimento porque também somos pessoas inteligentes, também lá tínhamos estado, também sentimos falta de muitos camaradas nossos e morreram lá. E sabíamos que era impossível ganhar a guerra porque tínhamos lá estado.

A reunião aconteceu porque motivo?
Foi quando se deu o maior fluxo de imigração clandestina para os países da Europa. Eu se quisesse ir a Madrid tinha que pedir uma licença. Portugal era um gueto. Se o movimento da libertação recebia as armas de graça, nós pagávamos 100 vezes mais por cada uma.

Quem coordenou a reunião clandestina que decorreu no Monte Sobral?
Nós escolhemos aqui o coordenador, 136 militares. Aqui éramos todos iguais, dissemos "quem é que vai coordenar a reunião?" Escolhemos o capitão mais antigo e depois, em cima dos tratores, ouvíamos. A seguir, foi aprovado um manifesto, com unanimidade.

Nenhum militar se recusou a assinar?
Não. Assinaram todos.

Como esta reunião era clandestina, tinham alguma medida de proteção para garantir o sigilo?
Nós viemos para aqui porque isto era no "cu de Judas". Ninguém sabia que isto existia e nós não viemos todos juntos. O general de Évora, quando deu por ela, andava a correr ridiculamente atrás dos capitães. Tinha um capitão disfarçado junto ao templo de Diana e àqueles que passavam por lá e sabiam, dava-se o croqui.

O anonimato era garantido pelo facto desta propriedade pertencer a um familiar de um capitão?

Luís Cardoso evoca 50 anos de abril

Dava-nos uma garantia de sigilo. Era uma questão de confiança. Era o Diniz Almeida, que já morreu, e o seu primo, que tinha isto em arrendamento. Eu vim de Vendas Novas, outros vieram do Porto, outros vieram de outros locais. Vínhamos separadamente com o croqui, que tinha as indicações de como chegar ao local da reunião. À porta tínhamos um capitão à nossa espera.

Não haveria conhecimento das reuniões por parte da PIDE?
Se a PIDE tinha conhecimento ou não, eu estava aqui em Évora, antes de ser transferido para as Caldas, para a Santa Margarida, e sentava-me num café, o chefe da PIDE sentava-se à minha frente a olhar para mim e não me dizia nada. Eu ia na rua, adiantava o passo e andanormalmente. Isto desde outubro, até quando fui transferido.

Conseguiram despistar a PIDE? Como foi esse processo?
Conseguimos. Tínhamos croquis, que eram dados a quem nós sabíamos, Cá em Évora tinha um general no meio da rua que entregava o croqui. Pegavam no papel e vinham se embora, pois todos tinham já um destino. Muita gente conhecia Évora e o local mais conhecido era o templo de Diana: "vais ter ao templo de Diana, que há de lá estar alguém, para te dar o croqui". E a aqueles a quem dissemos "vai ter ao templo de Diana", estava lá um oficial e dava-se o croqui. Portanto, não deu oportunidade de eles (PIDE) terem o croqui.

> ***"Os ideais eram três: liberdade, igualdade e fraternidade."***

Mencionou que foi transferido. Com outros capitães? Seria por quererem travar o movimento?
Quer dizer, eles, ao fazerem isso, pensavam que isto parava. O que é que eles fizeram? Criaram núcleos em todos os sítios.

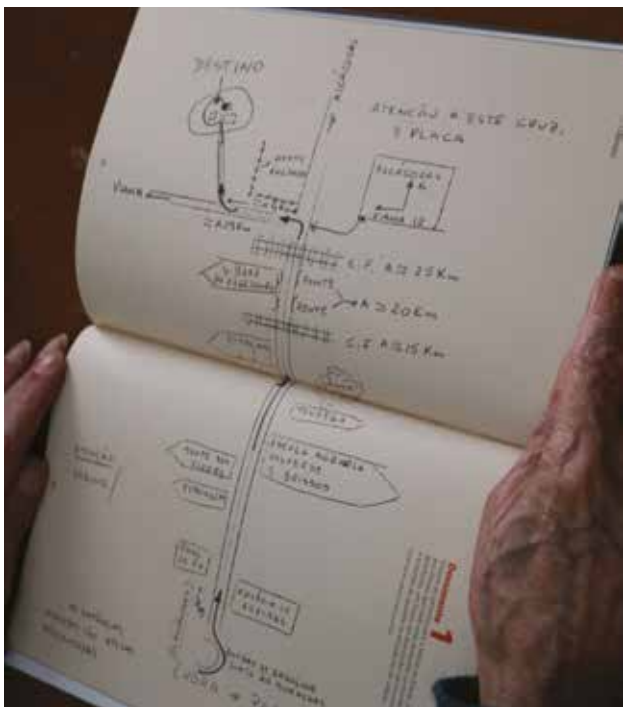
Então acabaram por provocar reuniões em todo o lado?
Foi bom. Nós agradecemos ao Ministro. Não havia sítios, lá não sei onde, que foram para lá transferidos capitães, o Vasco Lourenço foi transferido para a Madeira ou para os Açores. Note que só foram estes, porque a esmagadora maioria estava em África, a combater. Mais força nos deu. (ao movimento).

Não havia mais nenhuma medida de segurança?
Olhe que já é uma medida de segurança muito complexa, muito bem estudada e com um grau muito elaborado.

Havia algum plano de fuga?
Nada, nós não tínhamos um plano de fuga. Eles não tinham coragem de vir cá, porque não sabiam se estávamos armados.

Nas reuniões, havia algumas regras ou protocolos, para garantir a segurança de que essas informações ficassem apenas dentro do movimento?
Não havia perigo. Estavam todos com a mesma finalidade. Eu, e todos os outros que aqui estávamos, cento e trinta, em Alcáçovas, viemos para assinar o requerimento."Porreiro assina, aqui".

Eram militares de todas as armas?



Croqui para a reunião de Alcáçovas

Só militares, nenhum civil nem da marinha. A marinha e a força aérea tinham a sua realização.

Como era o espaço e como é que se organizavam aqui?
O espaço era semelhante a isto. Puseram-se aqui. Já não me recordo do que foi a comida, eram umas febras alentejanas, que ia-se comendo. Depois é que começava propriamente. Ia um capitão para cima do trator "aqui é um golpe do estado." Expõe-se a situação real do exército.

Também chegou a subir ao trator e falar para os militares?
Eu sim. Disse "não falem em revoluções". Era proibido falar em revoluções.

Não se falava nas reuniões sobre revoluções?
Não se falava, não. Nós organizamo-nos nos quarteis. Cada um se organizou conforme os meios que tinha. Depois recebeu o que tinha a fazer. Ao Salgueiro Maia calhou-lhe o Terreiro do Paço. O "Maroscas" (Marcelo Caetano) refugiou-se no quartel do Carmo. O Maia estava no Terreiro do Paço, quando disseram: " O Marcelo, está ali". Ele avança com aquela gente

Aqui estiveram 136 militares

> ***"Neste momento mantemos a liberdade, mas 50 anos não é nada na vida de um povo"***

toda e prende o Marcelo.

A reunião passou-se cá fora, por não caberem lá dentro tantos militares?
Éramos 136, na primeira reunião. Depois a partir daí nunca mais houve reuniões dessas. Esta estrutura aqui existia? (a herdade do Monte do Sobral) Existia tudo. Estava abandonado, mas existia tudo que está aqui. O trator estava aqui parado e nós subimos para cima.

E militares também subiam? Ou eram só os capitães?
Só havia capitães, além de três ou quatro pessoas, nós sabíamos quem eram, que não eram capitães. Foi convocado como um movimento reivindicativo e profissional. Todos nós estávamos nas tintas para o profissional, mas nós temos que arranjar sempre qualquer coisa para atrair uma pessoa e como todos eram prejudicados, vieram aqueles. Quer dizer, ignoramos aquele estado de espírito, o decreto é que era malandro, mas eu estava-me a borrifar para o decreto. Eu fui um dos beneficiados do decreto. Uma revolução não é fácil nem difícil de planear, é conforme o espírito das pessoas, o ideal que têm. O que estava subjacente era uma ideia comum, que não foi aqui expressa, ninguém aqui disse isto: "Nós vamos derrubar o governo".

Na primeira reunião foram apenas discutidos os objetivos principais?
Não falamos em golpes de estado (porque era óbvio) É só para sabermos em que mundo é que estávamos. Não era preciso estar a dizer "olha que estou contigo". Chegaram a entrar dentro da casa, na reunião? Não, foi tudo aqui.

O que acha essencial ensinar às novas gerações sobre o 25 de abril?
É tentar que elas conheçam o que era antes e o que era o depois, tentar dizer-lhes que se não fosse o 25 de abril muitos não estavam cá, nem tinham nascido. Porque os pais tinham morrido.

Se pudesse deixar uma mensagem aos jovens, o que é que diria?
Para que fossem sérios, e que não se vendessem. Nós somos humanos. Humanidade acima de tudo. Porque até os licenciados em Portugal, muitos se vão embora. Porque a nossa classe paternal é a pior do mundo. Quer tudo!

Como é que vê a juventude portuguesa de hoje em dia, em relação à política e à liberdade? Acha que estamos a regredir?
A juventude portuguesa quer a liberdade, não há dúvidas. Interessa-se pela política, mas em primeiro lugar quer arranjar um trabalho. A política vê os jovens ainda mais nesse movimento, o chega tem mais jovens do que o mundo quer dizer, os partidos tradicionais têm pouca juventude.

ANTERO RIBEIRO DA SILVA

“A LIBERDADE COMEÇOU EM SEGREDO”

Anita Ferrão, Beatriz Pesqueira, Inês Miranda, Tiago Torres

Meio século depois do 25 de Abril, o coronel Riberio da Silva revela os bastidores das reuniões clandestinas que ajudaram a preparar a revolução. Entre códigos secretos, vigilância da PIDE e decisões históricas, o seu testemunho é um retrato da resistência.

A história da Revolução dos Cravos é muitas vezes contada pelos que estiveram nas ruas no dia 25 de Abril de 1974. Mas há também quem tenha participado nos bastidores, longe das luzes, nos recantos escuros da conspiração, onde a vigilância da PIDE tornava cada passo um risco. Um desses homens é o coronel Antero Ribeiro da Silva, presidente da associação 25 de abril do Porto, que recorda com clareza os encontros clandestinos que antecederam o fim da ditadura.

“Fazia parte de uma rede de ligação do MFA, mas clandestinamente”, começa por dizer, revelando como se envolveu no movimento que uniu oficiais descontentes de todo o país. “Já tinha participado noutros encontros, mas esta reunião de outubro de 1973 foi decisiva. Representantes de várias unidades estavam presentes. A partir daí deixámos o diálogo e passámos a uma atitude mais definitiva.”

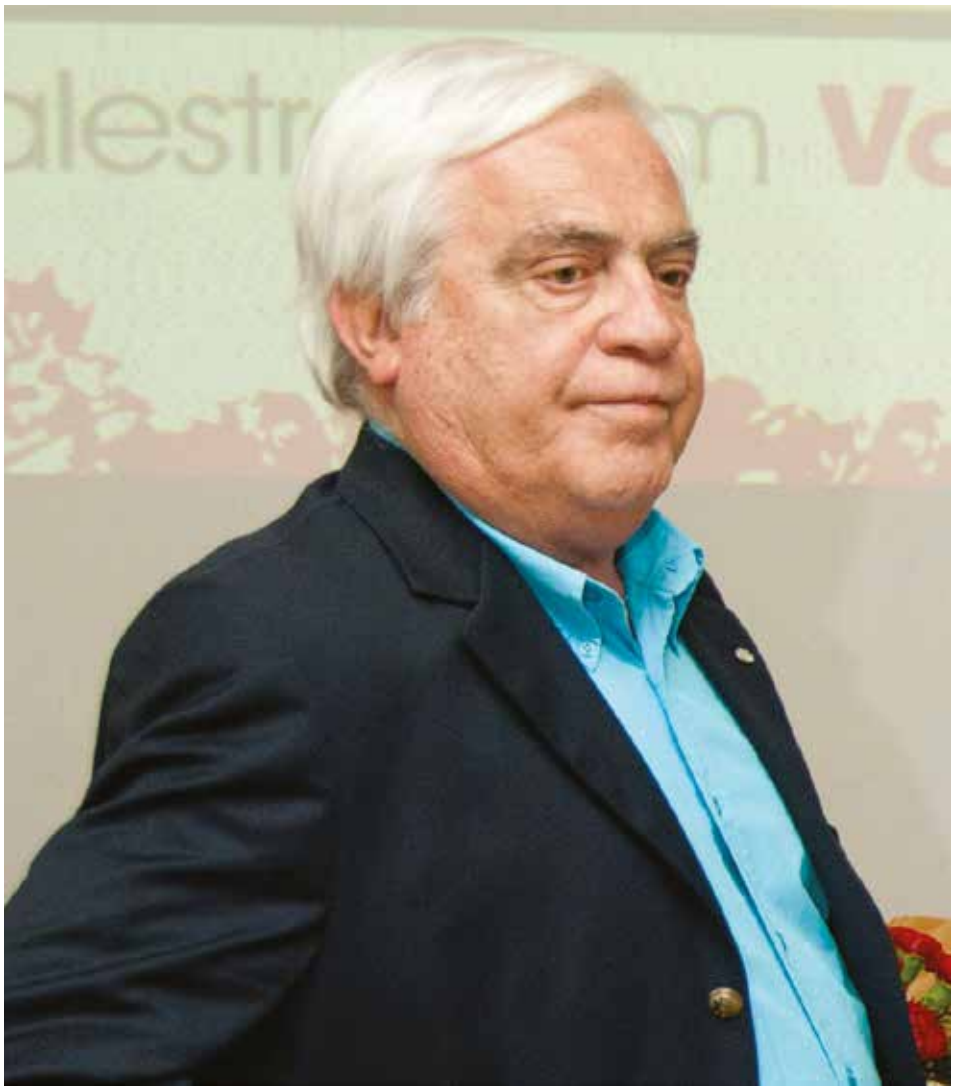
A reunião aconteceu na noite de 6 de outubro, dividida por quatro casas particulares em Lisboa. “Era por segurança. Evitava-se o aglomerado de oficiais, e assim não se despertava a atenção da polícia política. Usávamos códigos e pseudónimos. Íamos em grupos pequenos, encontrávamo-nos diretamente nos locais.”

O ambiente estava carregado de tensão, mas também de uma estranha serenidade. “Incerteza e medo não havia. Havia cuidado, sim. Sentíamos que era um momento histórico. Já não se podia voltar atrás.”

Foi nesta noite que os militares debateram três formas de protesto coordenado: ausência coletiva, presença passiva ou demissão em massa. “Não foi fácil chegar a um consenso. A decisão teve de ser fechada por telefone, entre as várias casas. Acabou por vencer a proposta de demissão coletiva, sem data. Seria usada quando fosse mais oportuno.”

A opção era arriscada, mas Antero acreditava no impacto: “Era um abanão forte ao regime. Era disso que precisávamos.”

Meses depois da reunião, já em março de 1974, Antero recebeu ordens de transferência para a Madeira, juntamente com outros três colegas. Não teve dúvidas quanto ao motivo. “Foi por atividade subversiva, claro. Fomos identificados. Até hoje não sei como se passou a denúncia, nem quem foi.



Antero Ribeiro da Silva lidou com Marcelo Caetano e Américo Tomás detidos na Madeira

> ***“Sabíamos que havia risco. Mas sabíamos, também, que era histórico.”***

E mesmo que soubesse, não acho que faria sentido divulgar.”

Na Madeira, sentiu-se vigiado, mas não sozinho. “Sabia que havia outros camaradas a passar pelo mesmo. E os que estavam no continente, por segurança, deixaram de me informar. Eu sabia que algo estava para acontecer, mas não sabia o quê nem quando.”

Até que na madrugada de 25 de Abril, foi acordado com euforia. “Um camarada meu, que mantinha contacto com o continente, saltou para cima da minha cama aos gritos: ‘Já foi! Já foi!’.”

Antero não participou diretamente nas operações do dia, mas não sente frustração. “Tenho pena de não ter estado no continente. Mas estava feliz. Sabia que os meus camaradas estavam lá.”

Pouco depois da revolução, Antero desempenhou uma função invulgar: foi incumbido de levar o correio e refeições a Marcelo Caetano, já detido. “Não era guarda oficial, mas falávamos. Era uma pessoa com alguma dignidade, ao contrário do Almirante Américo Tomás, que não tinha vontade nenhuma de comunicar.”

Guarda ainda uma frase marcante dita por Caetano: “Jovem capitão, não sei se vão aguentar o desenrolar do processo.”

Para Antero, a frase ficou como um aviso. “Ele tinha dúvidas sobre a nossa capacidade de gerir o futuro. Mas estávamos preparados para isso.”

Depois da Revolução, regressou ao continente. Não sentiu reconhecimento direto. “É natural. Por segurança, muitas coisas ficaram por dizer. Mas eu sabia que tinha estado conivente.”

Hoje, com décadas de distância, vê com preocupação o esquecimento da história. “Os jovens precisam de saber que antes do 25 de Abril vivia-se num regime obscuro. Havia censura, repressão, prisão por opiniões. Não podemos esquecer isso. E vejo isso a cair no esquecimento.”

No fim da entrevista, uma frase resume tudo: “Tenho orgulho do que fiz. Fiz parte de um movimento que devolveu a liberdade ao país. Mesmo longe, mesmo calado, estive lá.”

SOUSA E CASTRO

“SEM LIBERDADE TUDO O RESTO ESTÁ EM CAUSA”

Isabelle Collins, Rodrigo Silva, Carla Patricia, Simão Simões

Figura central do Movimento dos Capitães e um dos protagonistas da Revolução de 25 de Abril de 1974, o Coronel Rodrigo de Sousa e Castro recorda aqui algumas das reuniões

O que o levou a juntar-se ao movimento e como foi o seu primeiro contacto com o mesmo?
O primeiro contacto deu-se em Colares, onde vivia. Um capitão veio de Lisboa até mim, para me informar que alguns oficiais, sobretudo capitães, tinham começado a reunir-se. Debatiam problemas relacionados com a carreira militar, na sequência de decretos-lei que favoreciam oficiais milicianos em detrimento dos oficiais formados na Academia Militar, como era o meu caso.
No entanto, rapidamente percebi que, por detrás do descontentamento profissional, havia espaço para uma mobilização com motivações políticas. Vivíamos isolados numa Europa democrática, sob uma ditadura que limitava todas as liberdades. Disse-lhe que, se fosse para derrubar a ditadura e pôr fim à guerra, estaria empenhado. Mesmo tendo uma carreira promissora, recusei o conforto e escolhi a resistência.

Na reunião de 23 de novembro de 1973, na Colónia Balnear de Lisboa, como reagiram os oficiais à ideia de uma ação política?
Foi uma reunião muito participada. A maioria ainda não estava preparada para uma ação política concertada. O Exército era uma estrutura hierarquizada e disciplinada, em plena guerra nas três frentes africanas, o que tornava arriscado conspirar contra a própria hierarquia.
Mas houve um momento marcante: um oficial discursou com firmeza, afirmando que só as Forças Armadas tinham capacidade para derrubar a ditadura e que não se podia aceitar a continuação da guerra, sobretudo na Guiné, onde a situação militar se agravava. Essa reunião confirmou que a conspiração ganhava consistência.

E quanto à reunião da Costa da Caparica? Qual foi a sua importância?
Foi crucial. Aconteceu após a reunião de Óbidos, a 1 de dezembro, onde se elegeu a Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães, composta por 16 elementos, eu incluído.

Sousa e Castro fala sobre a reunião na Costa da Caparica

Na Costa da Caparica, essa comissão reuniu-se pela primeira vez para definir uma direção. Foi aí que se escolheu uma troika, Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Lourenço e Vítor Alves, que lideraram a operação, desde o planeamento militar até à gestão das ligações entre os oficiais. Esta reunião marcou o surgimento de uma liderança efetiva.

> ***“Se (os capitães) fossem presos, o Exército colapsava operacionalmente”***

Porque foi escolhida a Costa da Caparica como local?
O local em si não tinha nada de especial, foi escolhido por contactos pessoais. Tínhamos de ser extremamente cautelosos: a polícia política estava atenta e o regime começava a desconfiar dos movimentos entre oficiais.
Curiosamente, tínhamos alguma proteção. Os capitães eram o pilar da estrutura militar no terreno, comandando companhias de 150 homens. Se fossem presos, o exército colapsava operacionalmente. Ainda assim, variávamos os locais das reuniões e usávamos, sempre que possível, os próprios quartéis, onde a polícia política não ousava entrar.

O que nos pode dizer sobre a reunião em Oeiras, na casa do Capitão Candeias Valente?
Foi no seguimento do fracasso da tentativa de levantamento do Regimento de Infantaria das Caldas da Rainha, a 16 de março. Esta ação não foi organizada pelo Movimento dos Capitães e causou grande desconforto na estrutura.
A reunião de Oeiras, a 24 de março, foi decisiva. Pedimos explicações a Otelo Saraiva de Carvalho pelo seu papel ambíguo no episódio das Caldas. Apesar de não ter sido preso, comprometemo-lo a elaborar uma ordem de operações que preparasse uma ação militar concreta. Foi a partir daí que se acelerou todo o processo, permitindo, um mês depois, avançar com a Revolução.

Depois de 52 anos, considera que valeu a pena?
Essa é a pergunta que mais me fazem. Quem não viveu a ditadura, é difícil compreender a dimensão da mudança. Em 1974 havia apenas 50 mil alunos no ensino superior. Hoje são quase 500 mil. Esse dado, só por si, já mostra o progresso.
As liberdades sociais, políticas e cívicas que temos hoje eram impensáveis na época. Claro que há problemas, desigualdades, dificuldades económicas, mas a liberdade é a base de tudo. Sem ela, nada se constrói. E quem viveu em ditadura sabe que não há arrependimento possível por ter lutado por um país livre.

VASCO LOURENÇO

"TINHAMOS VERGONHA DE SAIR FARDADOS À RUA"

Inês Pinto, Inês Priegue e Matilde Nazareth

Vasco Lourenço é uma das figuras mais destacadas da Revolução dos Cravos. Fundador e presidente da Associação 25 de abril, o coronel conta-nos episódios pouco conhecidos da preparação do 25 de Abril

Após a sua experiência na Guiné, disse que nunca mais voltaria à guerra. Foi isso que o motivou a querer lutar contra o regime?

Eu fui para a guerra colonial em 1969, para cumprir a missão de cidadão, com pouco interesse pela questão política. Durante a guerra, abri os olhos para a natureza de injustiça que a guerra comportava. Cheguei à conclusão de que quem estava do lado certo, a lutar pelos seus ideais de independência, era quem estava do outro lado, aqueles que nós chamávamos de "terroristas". Portanto, senti que estava do lado errado. Quando regressei da guerra, eu senti-me realizado como comandante operacional, mas, por outro lado, eu vinha revoltado, porque senti que eu estava a ser utilizado como um instrumento para uma guerra que era injusta, para suportar um regime de ditadura, de repressão e de supressão dos direitos fundamentais dos cidadãos. Além disso, eu trazia uma convicção: eu à guerra não volto. Se for necessário eu vou desertar, mas à guerra não volto. Eu quero aproveitar a minha qualidade de militar para acabar com um regime que impõe a guerra e a repressão em Portugal. Felizmente, tive a sorte de me envolver no 25 de Abril, e poder consumar este último sentimento.

De que forma a guerra alterou o seu pensamento e posicionamento político?

Comecei a interessar-me pela política e a perceber que era preciso mudar a situação de ditadura e implementar uma democracia, porque só assim é que se resolveria o problema da guerra. Os responsáveis não queriam negociar, porque diziam que estaríamos a trair os que já morreram até aqui. Se nós pensarmos assim, a guerra nunca tem fim. Portanto, o sentimento que havia era o de que era preciso acabar com a ditadura, pois só criando uma situação de democracia é que vamos encontrar uma solução política para a guerra.

Qual era a perceção da população sobre os militares antes do 25 de Abril?

Na reunião de Alcáçovas, o objetivo era recuperar o prestígio das Forças Armadas. Nós não falávamos em política nem em guerra. As Forças Armadas estavam desprestigiadas perante a população portuguesa, e o nosso objetivo era criar condições para que passassem a gostar de nós. Foi fácil fazer perceber aos oficiais que as Forças Armadas estavam desprestigiadas. Nós tínhamos vergonha de sair fardados para a rua, porque sentíamos que a população não gostava de nós. E então lançámos a palavra de ordem dessa forma. "Então, mas nós fazemos tudo aquilo que nos compete: servimos a nação, estamos a combater na guerra, porque é que a população não gosta de nós?" A resposta era óbvia, não gostavam de nós porque nos viam como os responsáveis pela guerra. A ideia que existia era de que a guerra continuava porque os militares queriam, que nós éramos o suporte do regime, que impõe a guerra e a repressão. Portanto, nós tínhamos de deixar de ser esse suporte. Como? Fazendo um golpe de Estado. Derrubando a ditadura e impondo a democracia. No dia 25 de abril de 1974, a população sai para a rua a vitoriar-nos, e isso foi a prova de que estávamos a fazer o correto.

"Era preciso acabar com a Ditadura"

Como organizavam as reuniões clandestinas sem levantar suspeitas?

Nós organizávamos as reuniões com base nas ligações de amizade e de camaradagem que tínhamos. Por exemplo, conheci o Coronel Aprígio Ramalho, que é hoje o vice-presidente da direção da Associação 25 de abril, no Trem Auto (atual Universidade Nova de Lisboa). Ainda no início, em agosto de 1973, ele estava em Viseu, e veio a Lisboa para férias. Disseram-lhe que ele não fazia ideia do que andavam a fazer aqui em Lisboa. Ele telefonou a um amigo e perguntou-lhe se ele sabia, e assim, o amigo convida-o para uma reunião de informação que íamos fazer no Trem Auto no dia seguinte. E é aí que ele aparece pela primeira vez. E, era assim que íamos fazendo as reuniões.

> *"É essencial perceber que o 25 de Abril representa, acima de tudo, democracia."*

Como eram escolhidos os locais para organizar as reuniões?

Nós andávamos a discutir o que era preciso fazer, e é na Academia Militar, no fim de um encontro, em que eu estou com Rosário Simões, Diniz Almeida, Bicho Beatriz, e Carlos Clemente, que eu digo: "Temos de juntar o máximo de pessoas possível e fazer uma reunião para os questionar perante a situação e decidir o que fazer." Precisamos de encontrar o local, e é o Diniz Almeida que diz: "Eu tenho um primo que é feitor numa herdade no Alentejo, talvez eu consiga que ele nos ceda a herdade para nos reunirmos." Era o Monte Sobral, onde efetivamente aconteceu a reunião do dia 9 de setembro de 1973.

Alguma vez foram apanhados pela PIDE durante as reuniões?

Nessa primeira reunião, no Monte Sobral, eu posso dizer que dois dias depois apareceu lá um tipo da PIDE. O feitor da herdade ouviu um barulho no meio dos molhos de feno, foi lá ver, de forquilha na mão, e saiu de lá um tipo da PIDE, que estava escondido a tentar saber o que se tinha ali passado nos dias anteriores.

Quais reuniões considera mais importantes?

Em termos de reuniões fundamentais, temos a de Alcáçovas a 9 de setembro de 1973 no Monte Sobral, no Alentejo, a de Óbidos, no dia 1 de dezembro de 1973, e a de Cascais, no dia 5 de março de 1974. Essas são as três reuniões de maior importância.

Qual foi a reunião mais marcante e porquê?

A que mais me marcou, foi aquela em que eu fiz "A Golpada". Foi no dia 6 de outubro de 1973. A reunião aconteceu em quatro locais ao mesmo tempo. Vieram delegados de todo o país, para decidir se optávamos por fazer

Vasco Lourenço: "(a reunião) que mais me marcou, foi a da "Golpada", 6 de outubro de 1973.

uma manifestação ou recolher assinaturas a pedir a demissão. Tive o cuidado de ir para a reunião onde estariam aqueles que defendiam a manifestação, e lá, tudo apontava para a manifestação. Telefonei para os outros três locais onde estavam a acontecer as reuniões, e tudo apontava que também optariam pela manifestação. Então, disse a cada um deles que no meu local já tínhamos escolhido o pedido de demissão. Assim, eles acabaram por ceder e concordar. Depois do telefonema, avisei na sala onde estávamos reunidos que os outros três tinham escolhido o pedido de demissão, e assim, tomamos a decisão de optar pelo mesmo. Portanto, criei aquilo que chamei na altura de "arma nuclear", pois era uma arma poderosíssima. Se utilizássemos esses documentos no confronto com o Governo, o Exército paralisava, pois reunimos mais de 700 assinaturas. Depois, na reunião de Óbidos, tínhamos duas opções: fazer o golpe militar de imediato, ou continuar a luta pela mobilização. A que teve a maior votação, foi continuar a luta. Se não resultasse, avançaríamos para o golpe militar. Portanto, são reuniões extraordinariamente importantes.

Alguma vez temeu que o 25 de Abril não se concretizasse?

Sim, dia 16 de março quando ocorre a tentativa das caudas. Na altura eu temi que fosse tudo por água abaixo. Felizmente, no dia 23 o Melo Antunes chegou, também colocado em Ponta Delgada, e diz: "Está descansado, tudo em marcha." Estava desanimado, mas como conhecedor que era da nossa estrutura e da nossa organização, a minha convicção é de que iríamos vencer.

Considera que Melo Antunes teve um papel importante?

Sim, teve um papel muito importante no fator político e na organização do programa do MFA. Ao executar o golpe militar, apresentámos um programa político, onde constavam os compromissos que iríamos assumir perante Portugal. E aí, Melo Antunes tem, de facto, um papel muito importante. Aprendi muito com ele.

Considera que a sua ida para os Açores foi uma tentativa de o afastar do centro de poder revolucionário?

Eu estava a ser detetado há bastante tempo. A primeira vez foi em outubro de 1973. Depois da reunião de Cascais, no dia 5 de março, em que nós decidimos avançar com o golpe militar, eu já tinha sido detetado. Sabia perfeitamente que era definitivo e que havia um processo em curso contra mim por parte da MFA. Mesmo assim, mantive-me convicto de que iríamos seguir com aquilo que tínhamos decidido fazer.

Estava preso no dia da Revolução. Como tomou conhecimento da Revolução?

Eu sabia que algo grande se aproximava, por isso fui para os Açores com um ar propositadamente informal, já desconfiando da data da operação. Organizei tudo em Ponta Delgada para assumir o quartel se fosse necessário. Mandei um bilhete ao Otelo, pedindo apenas a data e hora do início. A resposta chegou em forma de telegrama, disfarçada: "Tia Aurora segue Estados Unidos da América. 25-03-00." Era o sinal: 25 de abril, às 3h00 de manhã. Nessa noite, estava de serviço. Liguei o rádio e, por volta das 4h20 de Lisboa, ouvi a mensagem do MFA: "Aqui, Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas..." Dei saltos de alegria. Tínhamos vencido! Foi assim que, mesmo à distância, participei no início da Revolução com estratégia, lealdade e a ajuda de um simples rádio.

> ***"Se pensarmos naquilo que foram as bandeiras do 25 de abril, ainda há muita coisa por fazer."***

Que importância têm hoje as vozes do 25 de Abril?

Atualmente, os ideais do 25 de Abril estão a ser postos em causa, com o crescimento de forças neonazis e neofascistas, que atacam valores como a liberdade, a paz e a democracia. No entanto, vejo duas realidades distintas entre os jovens: há quem se deixe seduzir pela extrema-direita. No entanto, existem também muitos que reagem de forma clara quando se pergunta se aceitariam viver sem liberdade – a resposta é quase sempre um não. Acredito, com otimismo, que as vozes do 25 de Abril vão continuar a soar em Portugal.

Acha necessária uma nova revolução em Portugal?

Hoje, cabe à juventude dar continuidade ao espírito do 25 de Abril. É essencial perceber que o 25 de Abril representa, acima de tudo, democracia. Com todos os seus defeitos, mas também com os seus mecanismos de defesa. Por vezes confunde-se o 25 de Abril com uma revolução no sentido do caos, mas ele foi um passo firme no sentido da liberdade e da ordem democrática.

Enquanto houver democracia não se justifica repetir um ato como o 25 de Abril. Sim, a democracia falha como mostram algumas escolhas feitas nas urnas. Mas é esse o seu valor: permite escolher, expressar opiniões e participar. E enquanto isso for possível, não se justifica outra revolução.

MARTINS GUERREIRO

"MULHERES DOS CAPITÃES PARTICIPARAM NA CONSPIRAÇÃO"

Beatriz Fernandes, Carolina Queirós, Diana Pinto, Tomás Almeida

Em Algés, o Almirante Martins Guerreiro recordou a resistência e o papel especial que tiveram as mulheres de alguns militares. A Marinha, apesar de entrar tarde no "Movimento", tinha hábitos de debate.

A Armada conspirava contra a ditadura muito antes da reunião do MFA. De que modo?

O processo era conspirativo, mas não era, era sobretudo centrado na difusão de ideias e na conquista de hegemonia cultural dentro da Marinha. O Clube Militar Naval, com tradição democrática e republicana, foi essencial nesse debate, especialmente entre os jovens oficiais. Era um ponto de encontro onde todos se tratavam como iguais, e se elegeram democraticamente para cargos internos. A Marinha tem uma forte tradição republicana e democrática, foi decisiva na implantação da República em 1910. Essa cultura mantinha-se viva, tanto nos navios como na Escola Naval, onde havia liberdade de debate e acesso a livros proibidos no país, que conseguimos trazer do estrangeiro.

Pode dar-nos um exemplo de livro proibido e falar um pouco sobre a censura?

Um exemplo de livro proibido em Portugal durante a ditadura foi Quando os Lobos Uivam, de Aquilino Ribeiro. Apesar da ditadura, militares da Marinha tinham acesso a obras proibidas, trazidas de países como Itália, França ou Brasil. Esse contacto permitiu-lhes perceber que Portugal vivia sob uma ditadura fascista, com partido único, polícia política e estruturas semelhantes ao fascismo. A partir de 1970, jovens oficiais comprometeram-se a derrubar o regime através da difusão de ideias e organização clandestina. Queriam uma mudança democrática e estavam prontos para agir militarmente, como na tomada da PIDE.

Que ambiente se vivia nas Forças Armadas e na Sociedade Portuguesa no final de 1973?

No final de 1973, havia cansaço com a Guerra Colonial e insatisfação nas Forças Armadas. A sociedade portuguesa estava bloqueada e pouco participativa, num Estado fascista. Tanto os militares como o povo queriam pôr fim à guerra e encontrar outra solução. Algumas reuniões clandestinas decorreram aqui, na sua casa em Algés, gostaríamos que nos recordasse algumas das

Martins Guerreiro: "Houve reuniões com códigos e sinais"

principais. As reuniões em minha casa tinham uma parte familiar e outra clandestina. As mulheres participavam porque sabíamos que podíamos ser presos e precisávamos de uma rede de segurança. Reunimo-nos aos fins de semana, e depois os militares falavam à parte.As mulheres também criaram o seu movimento, como o pedido de uma creche. No dia 25 de Abril tinham reunião marcada com o Ministro, mas o Contreiras apareceu e disse: "Qual reunião? Você não faz reunião nenhuma." Quando cheguei, disse à minha mulher: "Pois, é que hoje é mesmo dia."Elas ajudaram a traduzir, copiar e distribuir documentos. Era trabalho político, mas as decisões ficavam entre os oficiais.

Hoje, passados mais de 52 anos, qual foi a reunião que considera mais importante e com quem foi?

As reuniões foram todas muito importantes. Em termos políticos, as mais significativas foram com o Melo Antunes — em frente à Nortenha, na Nortenha e no restaurante O Pote, em Lisboa — onde ele nos apresentou um esboço do programa do MFA. Também foram importantes as reuniões finais em casa do Comandante Crespo, no Restelo, onde se distribuíram tarefas e o Otelo apresentou o plano de operações. Em 1970, destaco ainda uma reunião em casa do João Soeiro, com 27 oficiais da

A suspeita de "bufos" deslocou a reunião "para a minha casa"

> ***"Apesar da censura, militares da marinha tinham acesso a obras proibidas, trazidas de Itália, França ou Brasil."***

Marinha, onde assumimos um compromisso político para derrubar o regime. E a reunião no Clube Militar Naval, a 13 de março, com 130 oficiais em solidariedade aos camaradas do Exército Reuniões houve muitas, mas todas contribuíram para a coesão e coerência de ideias entre os oficiais da Armada que colaboraram no derrube do regime.

Participou nessas reuniões?

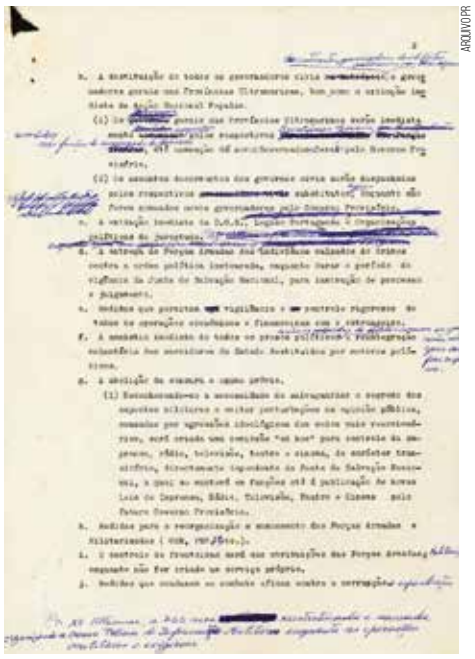
Não, nessas eu não participei. Estive nas reuniões políticas com o Melo Antunes. No 25 de Abril, eu e o Comandante Vítor Crespo tentámos que um destacamento de fuzileiros tomasse a PIDE, que não estava no plano. O comandante teve dúvidas, mas depois recebeu ordem superior para agir. Houve duas tentativas e resultou, mas foi decidido em cima da hora.

Teve que entregar o documento do Movimento das Forças Armadas ao Jornal República. Depois dessa missão, que papel mais relevante se recorda nos dias seguintes?

No dia seguinte, voltei ao meu serviço, mas foi criada a Junta de Salvação Nacional, com o Almirante Pinheiro de Azevedo como elemento e Chefe de Estado-Maior da Armada. A ligação com o Guilherme de Azevedo, meu antigo professor, passava por mim. No dia 26, ele mandou-me para o Estado-Maior-General, na Cova da Moura, para trabalhar diretamente com ele. Depois fui para o gabinete dele e mais tarde chefe de gabinete do Chefe de Estado-Maior da Armada..No dia 29, fizemos uma reunião com 700 oficiais na Casa da Balança, onde explicamos o programa do MFA, o nosso papel, e aprovamos uma moção de apoio ao processo revolucionário, concordando com o programa e o saneamento das estruturas e oficiais que não trabalhavam bem.

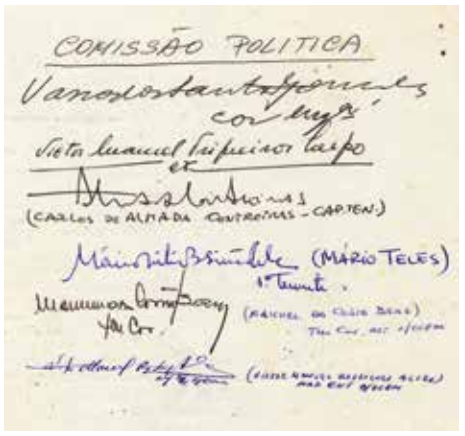
Quando começou a sentir que a mudança era realmente possível?

Desde 1970 trabalhávamos para a mudança, mesmo sem saber exatamente como ela viria. Quando surgiu o Movimento dos Capitães, percebemos que ele seria um ins-



ARQUIVO PR

Documento mostra as emendas feitas no Programa original.



Reconhem.-se as assinaturas de Vasco Gonçalves, Mário Crespo e Contreiras

trumento fundamental para provocar uma grande transformação no regime, mesmo que não garantisse uma vitória imediata. Em fevereiro e março de 1974, já estávamos convencidos de que algo significativo iria acontecer, com os militares a desempenharem um papel central. Minha missão era entregar o programa do MFA ao Jornal da República no momento oportuno para sensibilizar o povo de Lisboa e, se necessário, garantir apoio internacional.

Que papel relevante teve nos dias seguintes ao 25 de Abril?

No dia seguinte ao golpe, voltei ao meu serviço, mas logo fui destacado para trabalhar diretamente com o Almirante Pinheira de Azevedo, chefe da Marinha, como chefe de gabinete. No dia 29 de abril, realizamos uma reunião com cerca de 700 oficiais da Marinha para explicar o programa do MFA, esclarecer o papel dos militares e obter apoio à revolução, aprovar uma moção de apoio às transformações e ao saneamento das estruturas militares.

Acredita que o espírito do 25 de Abril permanece vivo nas instituições democráticas?

Os valores do 25 de Abril, solidariedade, cooperação, democracia participativa e responsabilidade, continuam vivos na sociedade portuguesa, mas enfrentam o desafio do individualismo e do neoliberalismo, que promovem o sucesso a qualquer custo e a competição desenfreada, valores opostos aos de Abril. A cidadania ativa e a responsabilidade de todos, jovens e reformados, são fundamentais para manter viva essa herança. As associações e a ligação entre militares e população são essenciais para contrariar o isolamento provocado pela sociedade digital e preservar a democracia, que hoje está ameaçada pelo poder concentrado e pelo crescimento da extrema-direita. Felizmente, a geração jovem mostra-se cada vez mais consciente e empenhada na defesa desses valores.

Que mensagem gostaria de deixar aos jovens sobre a importância da memória histórica e do envolvimento cívico?

Conhecer a história é fundamental para evitar repetir erros e encontrar novas formas de agir. O 25 de Abril não foi só um golpe militar, mas uma ação com um programa político que refletia os ideais do povo. Participamos no 3º Congresso da Oposição Democrática para recolher essas ideias com cuidado. O programa do MFA garantia que o povo defendesse a revolução. O processo previa um governo civil provisório, mas os militares acabaram por gerir a transição. A imagem das espingardas com cravos tornou-se um símbolo mundial da luta pacífica. Por isso, a minha mensagem é: estudem a história, organizem-se e encontrem as vossas formas de defender a democracia e os ideais de Abril, com criatividade e responsabilidade.

PROGRAMA DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

A — MEDIDAS IMEDIATAS

B — MEDIDAS A CURTO PRAZO

SUBSTITUIÇÃO

Recorte do Jornal República com o programa do MFA que foi sujeito a emendas posteriores (setas a vermelho)

> ***"Se pensarmos naquilo que foram as bandeiras do 25 de abril, ainda há muita coisa por fazer."***

Houve algo que nunca contou publicamente sobre essa noite da Libertação eque gostaria de partilhar agora?

Documentos tenho vários, mas há uma historiadora, a professora Luísa Tiago de Oliveira, que fez 134 horas de entrevistas a mais de vinte Oficiais da Marinha e escreveu A Organização Clandestina do Oceano de Marinha. Já revelamos alguns documentos, mas há um que nunca foi divulgado: um documento político elaborado na Marinha antes mesmo de existir o Programa do MFA, que começámos a desenvolver a partir de 1970.

Qual era esse documento?

Era um documento político com propostas para o país, feito pela Marinha por volta de 1970, antes do Programa do MFA. Algumas ideias passaram para o programa oficial, mas esse documento nunca foi divulgado. A professora Luísa Tiago de Oliveira conhece parte dele, e o Comandante Almada Contreiras entregou um espólio ao Arquivo Histórico Militar. Eu ainda não organizei o meu, mas planeio fazê-lo. No dia 25 de Abril, a minha casa foi ponto de encontro. Estávamos a jantar quando chegou o Vítor Crespo, que disse: "Ir de barriga cheia para a Revolução é sempre melhor." Houve também encontros com códigos e sinais, como o do Melo Antunes, que trouxe um jornal como senha. Reunimo-nos em minha casa para alinhar ideias que depois entraram no Programa do MFA. Tudo foi feito com muito cuidado e confiança.

Na entrega do Programa no Jornal República utilizou o selo como senha. Pode explicar melhor esse processo?

Era uma forma de certificação. Nestes encontros com pessoas que não se conheciam, precisávamos garantir que não eram infiltrados da PIDE. Por isso, usávamos um código: por exemplo, o Melo Antunes, que tinha contacto com o jornalista Álvaro Guerra, combinou com ele usar um selo rasgado cada um ficava com metade. No dia 25 de Abril, fui eu quem levou o programa do MFA ao Álvaro Guerra, e levava a outra metade do selo. Se as partes coincidissem, era sinal de confiança mútua. Isto era essencial. Foi o que aconteceu. O Programa foi publicado em primeira mão no Públicda. Era original. Depois viria a ser alterado.

APRÍGIO RAMALHO

“NUNCA DEIXÁVAMOS RASTO”

Giovana Silva, João Soares, Rita Guerra, Sofia Maia

Aprígio Ramalho, coronel, é vice-presidente da Associação 25 de abril. Participou em várias reuniões clandestinas. “A PIDE tinha olhos e ouvidos por todo o lado”.

Em Portugal, nos anos 70, do seculo XX, reunir-se para mudar o país era um ato de risco. Falar em democracia podia significar prisão. Mas foi no silêncio das madrugadas, em reuniões discretas e clandestinas, que um grupo de militares começou a organizar o que viria a ser um dos momentos mais marcantes da história portuguesa: o 25 de Abril de 1974.
Nesta entrevista, Aprigio Ramalho partilha como foram vividos os meses de tensão e esperança. E revela os detalhes pouco conhecidos das reuniões que mudaram o rumo de Portugal

“Todas as reuniões foram clandestinas... Com deslocações que pareciam casuais”

Aqui funcionou o quartel da reunião com Vasco Lourenço

Como é que tudo começou? Quando começaram a organizar-se?
Tudo começou no verão de 1973. Eu estava colocado no Regimento de Infantaria 14, em Viseu, e, juntamente com mais três capitães, sentíamos que a situação do país era insustentável. Vivíamos numa ditadura, a censura era total e a guerra colonial continuava sem um fim à vista. Sabíamos que algo tinha de muda. Começámos por discutir entre nós, e percebemos que, enquanto militares, tínhamos não só o dever, mas também a capacidade de agir. Os primeiros contactos foram apenas com camaradas em quem confiávamos plenamente, colegas do tempo da academia, pessoas com quem já tínhamos falado sobre política e a situação do país. A ideia era perceber se havia mais alguém que partilhasse a mesma indignação, e havia. Foi assim que nasceu, no silêncio e no segredo, o embrião do que viria a ser o Movimento dos Capitães, mais tarde conhecido como Movimento das Forças Armadas.

Como se reuniam sem levantar suspeitas, num país vigiado pela PIDE?
Com extremo cuidado. Todas as reuniões foram clandestinas, marcadas de forma verbal, com deslocações que pareciam casuais. Nunca no mesmo local, nunca à mesma hora, e muitas vezes em cidades diferentes: Coimbra, Aveiro, Figueira da Foz, Lamego. Eram sempre de noite, ou mesmo de madrugada. Nunca deixávamos rasto. Tínhamos formação militar, sabíamos como manter sigilo e como evitar padrões. A PIDE tinha olhos e ouvidos por todo o lado.

Quando é que essas reuniões deixaram de ser apenas discussões e passaram a ser planeamento concreto?
A primeira grande reunião foi a 9 de setembro de 1973, em Alcácer do Sal. Foi aí que se criou uma estrutura coordenadora. A partir daí, começámos a trabalhar com mais frequência. Em dezembro, numa reunião em Óbidos, pela primeira vez discutiu-se a hipótese de ação militar. E em março de 1974, já tínhamos um plano operativo e começámos a atribuir missões concretas às unidades. As reuniões eram sempre discretas, mas o conteúdo tornava-se cada vez mais decisivo.

E em casa? A sua família estava ao corrente?
Durante muito tempo, não. Mais perto da data do 25 de Abril, percebi que tinha de falar com a minha mulher. Disse-lhe que, se me acontecesse alguma coisa, queria garantir que ela e o nosso filho estariam protegidos. Ela disse-me: “Tu é que sabes. Se decidiste, estou contigo.” Mais tarde, falei com os meus sogros, expliquei-lhes o essencial pedi-lhes apoio e que cuidassem da minha família caso eu não sobrevivesse. Era o mínimo que podia fazer

Que ambiente se vivia nessas reuniões? Que sentimentos dominavam?
Tensão, mas também enorme convicção. Nenhum de nós dormia descansado. Sabíamos que, a qualquer momento, podia haver uma denúncia, mas também sabíamos que, se não fôssemos nós, ninguém faria nada. Era um risco calculado. Dormíamos pouco, vínhamos de reuniões às cinco ou seis da manhã, tomávamos um banho e íamos diretamente para o quartel. A sensação era de urgência e de responsabilidade.

> ***“A rede de “bufos” da PIDE estava entranhada em todas as instituições”***

Alguma vez foram descobertos? Ou estiveram perto disso?
Não. Tivemos sorte, mas também sempre fomos meticulosos. A rede de “bufos” da PIDE estava entranhada em todas as instituições. Por isso, os contactos eram apenas com quem conhecíamos bem. Nunca se falava do movimento fora do círculo de absoluta confiança que construímos. Era uma rede fechada, apertada. Se houvesse dúvida sobre alguém, não se falava com essa pessoa. Tão simples quanto isso.

Essas reuniões foram cruciais para o sucesso da Revolução?
Foram a base de tudo. Nada no 25 de Abril foi improvisado. A operação militar resultou de meses de reuniões, de discussões, de preparação. O povo saiu à rua com alegria, mas tudo começou em silêncio. Num país sem liberdade, a liberdade começou a ser construída em segredo, com disciplina e com um enorme sentido de missão..

Como foi decidida a escolha da canção “Grândola, Vila Morena” como sinal da Revolução?
A decisão foi tomada por um grupo do movimento que tinha contacto com jornalistas ligados à rádio. Inicialmente, pensou-se em usar a canção “Venham Mais Cinco”, mas estava proibida. “Grândola, Vila Morena” era das poucas canções de Zeca Afonso que ainda passava sem censura. Tinha uma letra simbólica, de igualdade e fraternidade, e tinha sido recentemente cantada num grande coro do público, no Coliseu dos Recreios. Foi escolhida como segundo sinal, transmitido pela Rádio Renascença, para confirmar o arranque da operação militar.

Que mensagem deixaria às novas gerações?
A liberdade que hoje têm foi conquistada com esforço, coragem e risco. Nada do que consideram garantido existia antes do 25 de Abril. Às novas gerações deixo um apelo: não desperdicem aquilo que herdaram. Informem-se, participem, não aceitem passivamente as promessas fáceis nem os discursos vazios. O futuro está nas vossas mãos, mas exige responsabilidade, consciência e, sobretudo, justiça social. Uma sociedade justa constrói-se com liberdade, sim, mas também com dignidade para todos. Lutem por isso.

MAGUSTO DE ÓBIDOS

PROVOCA "EXÍLIO" NOS AÇORES

Márcia Oliveira, Maria Eduarda Oliveira

Sem saber, ajudou a preparar o 25 de Abril. Otávio Pinto, ex-cabo miliciano, foi o responsável por arranjar um espaço em Óbidos para o "magusto" que reuniu 180 militares. Dias depois, foi transferido para os Açores.

Qual era a sua ocupação antes da reunião de Óbidos.
Frequentava a tropa no Regimento de Infantaria 5, nas Caldas da Rainha, e era pedreiro, tal como o meu pai

De que forma foi contactado para conseguir um espaço para essa reunião?
Em meados de novembro, o meu comandante, capitão Luís Piedade Faria, chamou-me e disse: "Pinto, tu lá em Óbidos não arranjas uma sala para fazermos uma paródia?". Respondi que sim. Peguei na motorizada e fui das Caldas até Óbidos. No dia seguinte, disse-lhe: "Já arranjei uma casa."

Temos conhecimento de que tentou reservar outros dois espaços.
Sim. Um na Usseira. E outro na sede da banda de A-da-Gorda. Depois lembrei-me de uma casa menos conhecida, em Óbidos, o que acabou por ser ideal.

Há informações de que esse local era a Casa do Povo.
Na altura, era a sede da banda e do Óbidos Sport Clube. Era conhecida como Casa do Povo antes de eu nascer.

Suspeitou de que essa "paródia" seria, na verdade, uma reunião clandestina?
Não, nem estive presente. Passei apenas pelo espaço e vi sair o tenente Moreira dos Santos, que me disse que estava a correr tudo bem. Lembro-me de uma senhora da padaria me contar que lhe perguntaram onde era a Casa da Música. Ninguém conhecia bem Óbidos.

Tentou agir de forma a não levantar suspeitas?
Não tive qualquer cuidado em esconder. Eles tinham tudo muito bem planeado, apesar de serem 180 oficiais. Aliás, rapazes de Óbidos ajudaram a colocar mesas e trouxeram vinho.

Quando descobriu que foi ali realizada uma reunião clandestina?
Só soube depois do 25 de Abril. Estava nos Açores e a correspondência chegava de barco. Lembro-me de ver uma notícia no Diário de Notícias.

Ótavio Pinto arranjou a sala para 180 oficiais, em Óbidos

Placa alusiva à reunião, na entrada da Casa da Música

> *"Deixei de temer sistemas como a PIDE"*

Teve contacto com senhas que transmitiam informações secretas contra o regime?
Sim. O meu comandante disse-me, entre o quartel e Óbidos, para combinarmos uma senha, caso precisasse de o avisar sem levantar suspeitas. Já não me lembro qual era.

Foi detido por causa disso?
Não, mas quando cheguei ao quartel-general em Lisboa, o sargento Dias levou-me para uma sala. Depois chegou um oficial que afirmou: "se aparecer algum militar das Caldas, prendam-no". Se não fosse o sargento a referir que não me iria prender sem saber o motivo, provavelmente teria sido detido. Enviaram-me de imediato para os Açores, alegando que era interesse do serviço.

Guarda algum documento relacionado com este episódio?
Tenho a ordem de serviço para me apresentar no quartel-general em Lisboa e nos Açores. Alguns documentos devem ter-se perdido.

Se soubesse o verdadeiro objetivo da reunião, teria arranjado o espaço?
Sim. Naquela época, a maioria queria que o regime mudasse.

Considera que, hoje, ainda é valorizada a ação dos capitães de Abril?
Sim, e fiquei muito satisfeito por, sem querer, ter ajudado. Senti reconhecimento, principalmente por parte do Vasco Lourenço. Mas acho que muitas pessoas da minha idade acham que queríamos apenas desestabilizar.

Como reagiu a sua família ao saber do seu envolvimento?
Os meus pais reagiram bem. Este envolvimento ajudou na minha vida profissional. Depois da tropa, fui trabalhar para a Câmara de Óbidos, graças ao escultor José Aurélio, que falou com o meu pai.

Os capitães de Abril ainda mantêm contacto consigo?
Sim. Falo regularmente com o Vasco Lourenço, o capitão Novo, o Carvalhão, o Gil e o Lucas. Como era a antiga Casa da Música? Era muito diferente. O Presidente da República pediu-me para descerrar uma placa. A porta principal raramente era usada. Havia um anfiteatro e uma sala

Teve de pagar para alugar o espaço?
Não. Foi gratuito.

Alguma vez teve medo da PIDE?
Sim, mas ir para os Açores tirou-me esse medo. O que mais temia era ir para o Ultramar. A tropa tornou-me mais austero. Deixei de temer sistemas como a PIDE.

REUNIÃO DE CASCAIS APROVA PROGRAMA MFA

Ana Cerejeira, Luís Silva, Mariana Neves e Miguel Santos

Rosado da Luz, coronel, participou em dezenas de reuniões e fala-nos da de 5 de março de 1974, Cascais.

Inicialmente, a reunião estava destinada a acontecer no edifício das Franjinhas. Qual foi o motivo dessa alteração no dia?
Arranjar locais para reunir naquela altura era difícil. O arquiteto Braula Reis, não sei se era neto de um antigo professor na academia militar de ontologia, o padre Braula Reis. Isso facilitou esse encontro. Foi uma aventura porque foi muita gente. Eu fui convocado para uma reunião que era no Franjinhas. Quando lá cheguei, a reunião já não era lá, então fomos para Cascais. Porque havia uma facilidade de contacto com o arquiteto Braula Reis. Era um sítio problemático.Os soalhos eram de madeira. Pensámos, não tarda nada ia tudo ruir, porque éramos cerca de 200 indivíduos num espaço muito pequeno.

Foi uma reunião fácil de gerir?
É das primeiras reuniões em que se toma uma decisão assinada. Nesta reunião de Cascais pela primeira vez que os puros e os expuros juntaram-se e deixa de haver qualquer polémica. Portanto, a reunião não foi selvagem, foi organizada, teve conclusões, teve um documento, assinado por quem quis assinar.

Virgílio Varela tinha sugerido que não era necessário criar movimento nenhum, que só precisavam de seguir o livro do Spínola, "Portugal e o futuro". Concordou ou soube que era mais vantajoso criar o Movimento das Forças Armadas?
O Virgílio Varela era spinolista, tal como muitos outros oficiais. Concordassem ou não com todos os detalhes, viam no livro do Spínola uma posição com a qual se identificavam. Eu próprio não concordava com a solução proposta, mas reconheço que o livro teve um papel fundamental. Fui dos primeiros a comprá- lo e todos nós lemos. A proposta federalista que o Spínola apresentava era simplesmente impraticável. Se aceitássemos essa solução, que os movimentos de libertação rejeitavam, estaríamos a prolongar a guerra. Spínola atacava diretamente o governo. Este tentou proibi-lo, mas não teve coragem de impedir a publicação de um livro assinado pelo general mais prestigiado da guerra colonial. E isso foi um golpe duro contra o regime fascista. Os oficiais spinolistas não eram antidemocráticos, mas menos preparados politicamente. Muitos que compraram o livro fixaram-se numa ideia simples: "Esta guerra não tem solução militar, só tem solução política". Essa frase bastou para que se visse o livro como um sinal de fim próximo da guerra. Na realidade, o conteúdo apontava para uma solução que os movimentos não aceitariam, o que significava a continuação do conflito. Mas o que ficou gravado foi aquela ideia geral de que era preciso uma saída política, porque militarmente a guerra estava perdida.

> ***"Trabalhávamos com meninos que vinham descalços para a escola"***

Houve complicações para assinar o movimento pela parte da Força Aérea e da Marinha. Porquê?
Dentro da Força Aérea havia corpos militares que nos metiam algum receio, como os paraquedistas, que são um corpo de infantaria semelhante ao do Exército. A Marinha também tinha os fuzileiros, tropas especiais com a mesma estrutura. O que nós queríamos era garantir que essas forças se mantivessem, pelo menos, neutras. A Marinha assegurou-nos essa neutralidade, embora .A Força Aérea manteve-se igualmente neutra, e houve oficiais da marinha que cumpriram missões connosco. Eu era um dos oficiais de ligação com a Marinha e no início eles tinham medo de nós. Não confiavam no Spínola e achavam que íamos fazer um golpe de direita. A primeira reação não foi boa, viam-nos e viam o Spínola atrás, mas precisávamos dele para trazer os spinolistas. Mais tarde perceberam que não era assim e acabámos por conseguir o apoio de oficiais da marinha, que colaboraram connosco

TENHO UM EXÉRCITO DE 30/40 COMPANHIAS

Gabriel Silva, José Prado, André André, Ana Leão, Bruna Gonçalves

Na zona de Oeiras viviam vários capitães e Rosado da Luz recorda algumas reuniões

Como começou o envolvimento nas reuniões clandestinas?
Não houve um convite formal. As coisas foram surgindo naturalmente no meio militar, sobretudo entre oficiais jovens. O regime tinha apoio das Forças Armadas, mas falhou na doutrinação dos escalões intermédios. Muitos jovens com formação e espírito crítico percebiam as injustiças da guerra colonial. Todos, especialmente os jovens, percebiam que a guerra era injusta. Com o tempo, começaram a reunir-se, primeiro por questões corporativas, mas rapidamente percebemos que queríamos mais: mudar o regime. No início havia medo e desconfiança, pois não sabíamos o que os outros pensavam. Mas percebemos rapidamente que partilhávamos os mesmos objetivos Lembro-me de um momento, na primeira reunião, em Alcáçovas, perto de Évora, disse: "Estou farto desta merda! Eu quero é derrubar o governo!". Levei um chapadão, mas ninguém saiu. Percebi aí que todos pensávamos o mesmo.

Temia a presença de infiltrados?
Sim, sempre. E para enganar os "bufos" e realizarmos a revolução, fizemos uma data falsa para a revolução, marcada a 3 de maio Descobrimos que a PIDE soube dessa data, mas nunca se descobriu quem passou a informação.

Então, teve coragem de manifestar-se abertamente contra o regime?
Olha… vou preso, qual é o problema? Vão ter de me dar comida.

O que se discutia nas reuniões?
Falávamos sobre política e guerra, sempre de forma crítica. Percebíamos que a guerra não tinha solução militar e que a única via era a independência das colónias.
Das reuniões em Oeiras, em casa do Otelo, Hugo Santos ou Vítor Alves, qual foi a mais importante? Participei em quase todas as reuniões clandestinas da fase conspiratória. Todas foram importantes, mas, lembro-me de uma reunião em casa de Otelo, nas vésperas do 25 de Abril. O tenente Luís Pessoa, prestes a ser mobilizado, declarou "Tenho conhecimento da revolução. Posso disponibilizar

Várias reuniões decorreram na casa de Otelo Saraiva de Carvalho, em Oeiras

um verdadeiro exército de 30 a 40 companhias." Achamos a proposta exagerada,e mas vimos que era alguém relevante do PCP. Ver que a oposição política apoiaria a ação militar deu-nos confiança.

Como era a sua vida antes do 25 de Abril? E que função exercia?
Entrei na Academia Militar em 1964, no mesmo curso de Salgueiro Maia, e saí em 1968 como oficial de artilharia. Especializei-me em armamento eletrónico e, à data do 25 de Abril, estava em formação avançada em eletrónica e informática. Mais tarde, tornei-me comandante da primeira bateria de mísseis antiaéreos em Portugal.

Como foi o reencontro com os colegas no 25 de Abril?
Foi libertador. Os abraços, os beijos e o alívio coletivo marcaram o fim da ditadura.

Depois do 25 de Abril, pensou que a ditadura pudesse voltar?
Não. A operação foi um sucesso militar total e o governo foi apanhado desprevenido. Suspeito que os serviços americanos sabiam da revolução, embora não tenha provas.

CANDEIAS VALENTE

"ERA PRECISO PEGAR EM ARMAS"

A última reunião clandestina realizou-se a 24 de março de 1974, na casa de Candeias Valente. Dele obtivemos um relato escrito, inédito.

No seu texto (que transcrevemos na íntegra) Candeias Valente, indica os nomes dos principais participantes e afirma com clareza: "Todos concordaram que não haveria outra saída, era preciso pegar em armas e por o movimento na rua".

A reunião de 24 de Março, realizada em minha casa, na Quinta da Figueirinha, Praceta de Quelimane n° 2, 2º Esq em Oeiras, foi decisiva, quanto á necessidade urgente da tomada de uma posição de força. Já não havia duvidas, podia falar-se em revolução, que já ninguém se chocaria. Cerca das 9 horas da manhã, começaram a chegar os camaradas convocados, CCE (Comissão Coordenadora do Exercito) e mais alguns elementos do Movimento, em grupos de 2, para não levantar suspeitas. A casa do Otelo era relativamente perto e alguém podia ser seguido. Infantaria - Vasco Lourenço, Marques Júnior, Hugo dos Santos, Victor Alves, Camilo, Antero Ribeiro da Silva, Clemente, Pita Alves, Bicho Beatriz Artilharia - Otelo, Sousa e Castro, Domingues, Ferreira de Sousa Cavalaria - Salgueiro Maia, Monge, Miquelina Simões, Candeias Valente S. Material - Neves Rosa Engenharia - Grilo, Pinto Soares, Luís Macedo Adm Militar - Geraldes, Azevedo, Torres Transmissões - Fialho da Rosa, Pinto de Castro, Figueira e mais alguns que não me lembro. O Vasco Lourenço (Açores), Pinto Soares (Baixa no HMP), Miquelina Simões (RL 1 em Elvas) e o Monge (preso na Trafaria), não puderam comparecer. Enquanto não começou a reunião, o tema de todas as conversas era a desorientação e o desconhecimento do que se tinha passado em 16 de Março (intentona das Caldas). • Otelo iniciou a sessão, com um relato pormenorizado de tudo o que sabia sobre os acontecimentos da semana anterior. Este relato foi demorado, todos queriam saber os porquês. Desta conversa qualquer coisa de positivo se concluiu, pela reacção das Forças de Segurança e do comportamento das Unidades Militares, não seria muito difícil, derrubar o Regime, desde que houvesse, uma boa organização, um plano de operações criteriosamente elaborado, o conhecimento do inimigo fosse razoável e se tivéssemos bons meios de transmissões. Todos concordaram que não haveria outra saída, era preciso pegar em armas e pôr o Movimento na rua. Assente este princípio, o Victor Alves, referiu que o Melo Antunes (que na véspera tinha partido para os Açores), deixara já um projecto de programa politico, que apenas precisaria de ser trabalhado. Entretanto o Marques Júnior, teve uma intervenção muito dinamizadora, em nome dos oficiais da EPI, afirmou que aqueles, estariam na disposição de se lançarem numa atitude de força, se até ao dia 20 de Abril, não estivesse consumada a estruturação e organização da força de combate do Movimento. O Otelo assumiu então o compromisso de elaborar a Ordem de Operações e garantiu que no período de 20 a 29 de Abril, o golpe seria desencadeado. Ficou decidido, que a partir daquela data, não haveria mais informações escritas, era conveniente que o Governo pensasse que estaríamos desmobilizados.

CORONEL ROSADO DA LUZ

"APANHAMOS A PIDE DE SURPRESA"

Afonso Paulino; Francisco Botelho; Mariana Pinho; Francisco Botelho

Além da reunião em casa de Candeias Valente, Rosado da Luz aborda aqui a atuação da PIDE

Como foi a participação na reunião que decorreu na casa de Candeias Valente?

As reuniões que se realizaram na casa do Candeias Valente, são reuniões em que as unidades que iam intervir eram chamadas para receber as ordens de operações. Não houve uma, houve várias. Foram reuniões normais, em que os delegados das várias unidades receberam as ordens de operações.

Qual foi a sua função nas reuniões e mesmo na oposição antes do 25 de abril?

Eu fazia parte da equipa de ligação. Portanto, havia uns que faziam ligação com o sul do país outros com o norte, outros com o centro, e, como nasci em Faro e conhecia o sul do país o meu trabalho aos fins de semana era sair de Lisboa e partir para vários pontos para levar e trazer informações. No final, fui destinado a distribuir a última parte das ordens de operações que era uma coisa chamada o "anexo de transmissões."

Teve familiares ou amigos perseguidos, presos ou torturados pela PIDE?

Familiares não tive. Mas tive muitos amigos com problemas graves. E, além disso, a PIDE e a repressão eram omnipresentes. Eu morava perto do dr Júlio Carrapato, que mais tarde foi o destacado dirigente do Partido Socialista. Ele morava perto e normalmente era preso. Aquilo era já uma prisão de rotina.

Alguma vez sentiu que estavam a ser vigiados pela PIDE?

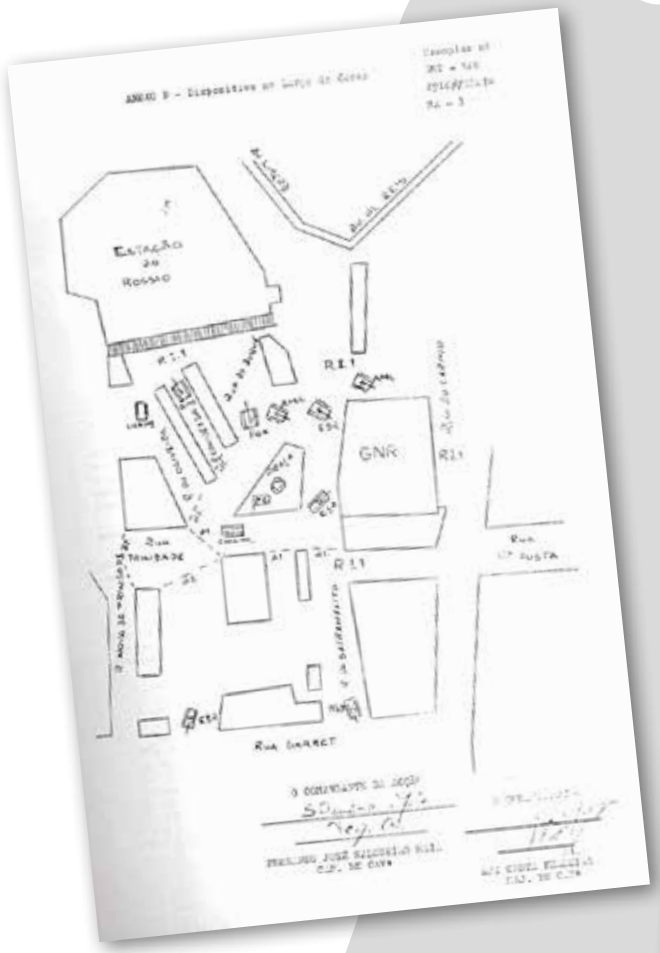
Muitas, uma das minhas surpresas, eu já disse isso a uns colegas meus que tenho uma teoria que não posso comprovar. A única coisa que pode comprovar ou não esta teoria é a abertura, que começou a ser feita o ano passado, de todos os ficheiros secretos da CIA nos Estados Unidos. Reparem, nós fizemos dezenas de reuniões, e mesmo assim apanhámos a PIDE de surpresa. Isto levou-me sempre a pensar como é que é possível, com tantas reuniões, a PIDE nunca ter dado por nada. O que me faz pensar que haveria alguém dentro da PIDE que boicotava a informação relativamente às reuniões clandestinas, isto é, que cortava a informação à PIDE. Porque, na realidade, a PIDE não sabia, nós apanhámos a PIDE e o governo completamente de surpresa. Portanto, eu julgo que à CIA interessava a queda da ditadura. Embora, depois, a CIA não tivesse controlado tudo.

Qual era o ambiente entre os participantes? Havia medo?

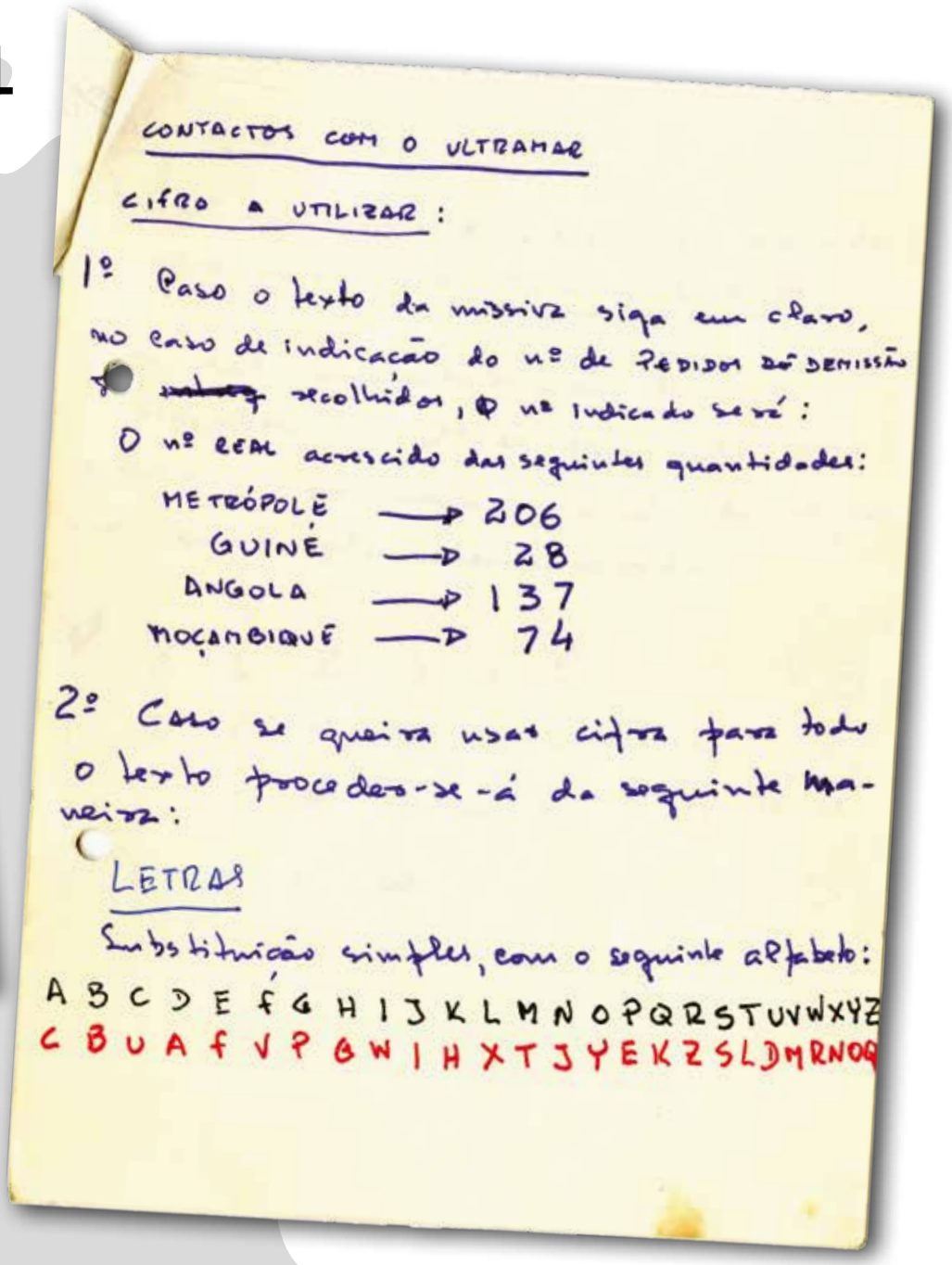
Não, o primeiro e único momento de exaltação que houve foi quando nós, pela primeira vez, fizemos uma reunião clandestina. Porque a isso, em termos disciplinares na altura, seria aplicada a 'pena de morte'. O crime mais grave que pode haver é uma revolta das bases, contra a hierarquia dentro de uma estrutura assim.

A CONSPIRAÇÃO DOS CAPITÃES DE ABRIL

Principais reuniões clandestinas



ÓBIDOS
1 de dezembro de 1973


CONTACTOS COM O ULTRAMAR

CIFRO A UTILIZAR:

1º Caso o texto da missiva siga em claro, no caso de indicação do nº de PEDIDOS DE DEMISSÃO ~~solicitados~~ recolhidos, o nº indicado será:

O nº REAL acrescido das seguintes quantidades:

METRÓPOLE → 206
GUINÉ → 28
ANGOLA → 137
MOÇAMBIQUE → 74

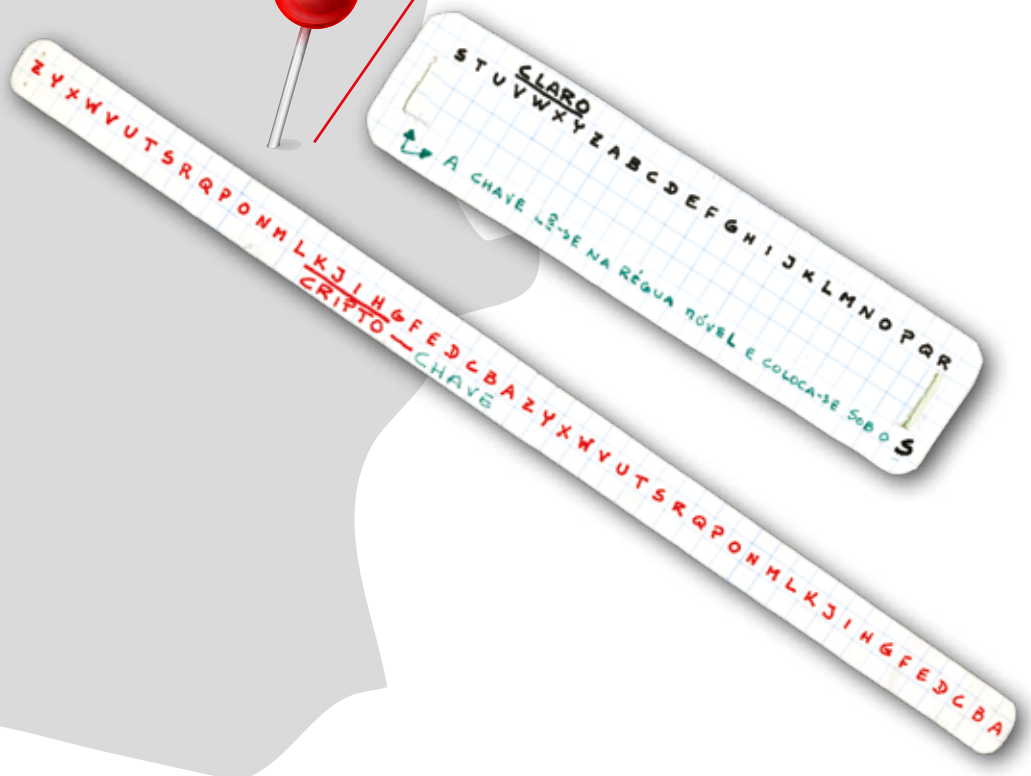
2º Caso se queira usar cifra para todo o texto proceder-se-á da seguinte maneira:

LETRAS

Substituição simples, com o seguinte alfabeto:

A B C D E f G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z
C B U A f V P G W I H X T J Y E K Z S L J M R N O Q

ALCAÇOVAS
9 de setembro de 1973



CASCAIS
OEIRAS
REUNIÃO QUADRIPARTIDA
LISBOA
ALGÉS
5 de março de 1974
24 de março de 1974
6 de outubro de 1973
24 de novembro de 1973